

PÁG.

- 1- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 2- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 28/12/93 pelo

Deputado José Maria Pinto

O Deputado José Maria Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar aqui sobre a construção do fórum de Ipatinga.

"Mineiro trabalha em silêncio", diz uma tradição popular. Exemplo típico do homem público desta terra, o Governador Hélio Garcia não é de muita conversa, pouco aparece nos jornais e na televisão e não costuma fazer alarde dos atos de sua ação governamental e das obras de sua administração.

Não obstante, silenciosamente, vai cumprindo o programa que estabeleceu para ser executado ao longo de seu segundo mandato como Governador de todos os mineiros. Dentro de seu estilo discreto de agir, seu Governo tem obtido pleno êxito, levando aos mais longínquos rincões do Estado os benefícios que o povo reclama. Dessa forma, não temos dúvida de que ele entregará a seu sucessor, em 1995, um Estado economicamente mais forte do que o que lhe foi legado por seu antecessor, bem como um povo mais feliz, por ter recebido efetivamente melhorias nas condições gerais de existência.

Ainda recentemente, ele pôde afirmar, sem afetação, que, apesar da grave crise econômica que assola o País, a máquina administrativa do Estado de Minas Gerais está saneada e seu Governo encontra-se equilibrado econômica e financeiramente. Sua linha de ação, austera e orientada no sentido de zerar o déficit público, cortando gastos supérfluos e investimentos espetaculosos, foi coroada de sucesso.

Apesar disso, não paralisou a máquina administrativa; pelo contrário, aos poucos, sem alarde, colocou em exercício um vasto programa de obras importantes, de necessidade premente para o dia-a-dia do cidadão. Igualmente, procurou estabelecer acordos com outros órgãos da esfera de administrações municipais ou federal e até com entidades particulares, visando propor soluções para problemas que afligem a população mineira.

Convênios foram concluídos com Prefeituras do Norte de Minas, no sentido de promover uma ação emergencial contra a seca e a miséria que assolam, principalmente, a região do vale do Jequitinhonha.

Os Projetos Jaíba I e II estão em pleno processo de execução, de acordo com o calendário previsto, objetivando expandir o sistema de irrigação de uma vasta área, ampliando, com isto, a fronteira agricultável das terras do Norte.

Amplios recursos financeiros foram liberados para a conservação das rodovias estaduais, hoje em condições de uso melhores do que as vias federais que cortam nosso Estado.

A educação recebeu grande atenção, tanto é assim, que o ensino básico de Minas Gerais foi, há pouco, reconhecido como o melhor do País.

Convênios foram assinados com municípios do vale do Paraopeba visando a sua recuperação e saneamento.

Em todos os setores, há uma presença notória e firme da ação governamental da administração Hélio Garcia, fato comprovado, além dos exemplos citados, nas áreas de saneamento básico, moradia popular, cultura e turismo.

Todavia, o que gostaríamos de ressaltar, nesta oportunidade, é um fato de grande relevância e significado para o povo do Vale do Aço. Trata-se da assinatura de convênio para a construção do novo fórum de Ipatinga, obra que será de extraordinária importância para a ação da justiça naquela região.

Ipatinga, como todo o Vale do Aço, tem crescido assustadoramente os últimos trinta

anos.

Com uma população que já ultrapassa os 300 mil habitantes, Ipatinga é, hoje, uma cidade cujo ritmo de expansão chega a surpreender e assustar. Formada em função da siderurgia ali implantada, absorve dezenas de milhares de imigrantes, oriundos das mais diversas partes do País.

O progresso, como não poderia deixar de ser, trouxe euforia e expansão econômica, transformou a região numa das maiores fontes de arrecadação pública, porém arrastou consigo sérios problemas: falta de moradia, carência de infra-estrutura urbana, vadiagem, violência, trânsito caótico. As administrações locais foram procurando solucionar os problemas da melhor forma que podiam. Hoje, o trânsito flui em largas vias, e viadutos eliminam os cruzamentos mais perigosos. A própria máquina administrativa, além do comércio e de novas indústrias, vai absorvendo o excedente de mão-de-obra. Casas populares vão solucionando o problema de moradia.

A USIMINAS é a maior siderúrgica da América Latina, porém, o problema da poluição que ela causa é um dos mais sérios do País. Procura-se dotar o município de extensa área verde, e a própria Prefeitura tem seu viveiro municipal, onde são cultivadas as mais variadas espécies vegetais. Também a iniciativa privada tem desempenhado extraordinário papel no esforço pela humanização da cidade.

Mas, além da USIMINAS, Ipatinga abriga outra siderúrgica de grande porte, a USIMEC. E, na esteira dessas grandes indústrias de base, forma setores de madeiras, vestuários, tecidos e de implementos à construção civil. Em seu distrito industrial, destacam-se a Aços Especiais Itabira - ACESITA - e a CENIBRA. Estão em expansão as indústrias de tecidos e alimentos. O comércio e a agropecuária acompanham esse surto de expansão.

A preocupação, porém, de todos os ipatinguenses tem sido a de conciliar o crescimento econômico com a dignidade do homem, realmente aquele que, com seu trabalho e seu esforço, realiza o milagre do desenvolvimento. Enfim, humanizar o crescimento é importante.

Todo o progresso mencionado fez crescer desordenadamente a população e, inevitavelmente, onde há muita gente, principalmente numa área onde se verifica um dinamismo muito acentuado, crescem, obviamente, os conflitos de interesses, as contendas individuais e as disputas judiciais.

Em vista disso, faz-se urgente e necessária a construção, na principal cidade do Vale do Aço, de um fórum, em prédio moderno e funcional, com instalações e equipamentos adequados ao bom funcionamento da justiça regional.

As sociedades não são meros aglomerados de indivíduos vivendo de maneira desordenada, sem vínculos nem interdependência. Pelo contrário, apresentam-se como um conjunto de pessoas ligadas por interação permanente, num regime de vida organizado e disciplinado por normas de caráter geral.

O indivíduo, nas sociedades modernas, tem de ser um cidadão, ou seja, tem de se enquadrar dentro do interesse geral, abatendo os excessos do sentimento puro de liberdade individual. O cidadão não pode ver a sociedade como instrumento de satisfação pessoal, mas deve nela se entrosar num ato de respeito ao bem comum. Omitindo-se, o indivíduo torna-se um inútil, um marginal, um parasita social. Desse desentrosamento advêm muitas das contendas e conflitos, que, principalmente em ambientes de mudanças rápidas e expansão econômica, como a que ocorre no Vale do Aço, dão origem a graves questões.

Nesse contexto, mais do que nunca, é de máxima importância o bom funcionamento da justiça, dirimindo e solucionando contendas e conflitos que, de outra forma, poderiam ter conclusões graves e até violentas.

A presença rápida e decidida da justiça impõe o império da lei, da ordem, da dignidade e dos direitos da pessoa humana; contudo, para agir e funcionar convenientemente, a justiça necessita de acomodações modernas e adequadas, em conclusão, de um fórum moderno.

Representantes que somos daquela região, estamos esperançosos nas iniciativas para a construção do novo fórum em Ipatinga. Por isso rejubilamo-nos com o povo do Vale do Aço e, em seu nome, expressamos a nossa reconhecida gratidão ao Governador Hélio Garcia pelos passos já dados para a realização dessa importante obra. O fórum de Ipatinga é o que o povo da região precisa para que os magistrados, o Ministério Público, os advogados, os oficiais de Justiça e outros funcionários possam, em melhores condições de dignidade, conforto e funcionalidade, exercitar o seu trabalho e emitir suas decisões. Por último, quero agradecer ao Dr. Adélio Arlindo Duarte, Presidente regional da OAB, que muito tem contribuído para que o fórum de Ipatinga seja uma realidade e dizer que, como Deputado, estarei sempre atento aos interesses do Vale do Aço."

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 28/12/93 pelo

Deputado Wilson Pires

O Deputado Wilson Pires - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em cumprimento ao

compromisso que assumimos com o povo de Minas Gerais, na campanha política, e prevalecendo-me dessa prerrogativa, assomo a esta tribuna para emitir parecer sobre a saúde em Minas Gerais e sobre a política regional do Governo no setor, ao findar o ano de 1993.

Antes de fazê-lo, Sr. Presidente, apresento uma crítica franca e cordial. A saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado; está na Carta. É lei das mais avançadas, de Primeiro Mundo, mas, até atingir os anseios dos brasileiros como um direito real, está bem distante. Minas Gerais não é diferente.

O sucateamento da rede de serviços de saúde, a má qualidade do atendimento à saúde, o desinteresse e a insensibilidade do Governo, como provedor de atenção à saúde, saltam aos olhos.

A americanização perversa da saúde brasileira, pela adoção do modelo de saúde norte-americano para um país de Terceiro Mundo, traz conseqüências funestas e questionamentos de difíceis respostas. A ausência, em Minas, de uma política de saúde responsável e voltada para os menos favorecidos é um fato. Os recursos humanos são desmotivados pelas incertezas em relação ao futuro de suas funções, pela falta de recursos e pelos baixos salários; além da falta de uma política salarial global, que deveria existir, em nome do decoro governamental. O Governo, nos parece, foi acometido de uma gripe, de um vírus novo, e prostrou no leito, tendo ficado tão afônico quanto abúlico para responder ao povo, com a formulação de uma política voltada verdadeiramente para os menos afortunados; ficou esperando pelo Governo Federal, como se em saúde pudesse haver carona, e cultivando uma ignorância oficialmente fomentada e custeada pela mortalidade de milhares de mineiros. É como se, com essa ignorância oficial, se pretendesse consagrar e reconhecer, como fato consumado, essa mancha que envergonha e macula um Estado que é o 2º PIB do País. Esse Governo deveria corar de pejo e ruborizar-se por sua política de saúde. Um governo que não se peja com essa mortalidade que aí está, com o recrudescimento de tantas moléstias controláveis, sem uma política de saneamento básico, é um governo que renega e destrói o futuro do seu povo, despertando mais piedade que entusiasmo, despertando mais apreensão que esperança, quando vemos gerações sucumbirem sem a mínima atenção à sua saúde.

Minas Gerais inteira é testemunha do descaso, do descontrole desse Governo em relação à saúde do seu povo, o que nos faz sopitar de indignação e nos faz pensar que se caminha deliberadamente para se instalar o caos na saúde mineira. Fora daí, não se conhece outro propósito.

Sem um projeto de recuperação do setor de saúde, o Governo mineiro frustra as aspirações do seu povo e da comunidade envolvida com o setor. Nesse Governo não se vislumbra um fio sequer de esperança, nem certeza de que ele nos ajudará nesse processo de mudança. Nós nos recusamos a acreditar nisso, porque nunca nos deu provas da existência de uma intenção voltada para resgatar essa grande dívida social. Mas deveria tentar, porque é o único instrumento capaz de promover tal mudança. Caso contrário, continuaremos nessa mentira, nesse colossal embuste que predomina na saúde de Minas.

Digo com esta ênfase - colossal embuste e imensa mentira - porque a saúde em Minas Gerais não existe. É uma farsa nascida sobretudo do propósito deliberado dos mandarins da burocracia que planejam o orçamento da saúde de Minas Gerais, que já vem para a Assembléia Legislativa pré-fabricado, dentro de uma armadura de aço inviolável à ação dos Deputados.

Essa centralização do Poder Executivo não nos permite fixar as bases e as diretrizes orçamentárias da saúde. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é uma lei eminentemente política, no alto e nobre sentido da expressão. Essa lei visa, em última análise, a quê? A dizer que tipo de saúde queremos para os mineiros? Essa lei visa a dizer que saúde queremos para Minas? Ou se, ao contrário, queremos continuar nessa imensa mentira, nesse colossal embuste que é a política de saúde vigente no Estado?

É essa a pobre, a lamentável situação da saúde no Estado de Minas Gerais. Nós, da saúde, não podemos nos silenciar. Temos a obrigação de desafiar o Governo eficientemente, para resolver os problemas da saúde em Minas.

Não nos compete dizer ao Governo que peças teria ele de trocar na sua engrenagem ou que alterações teria de fazer na sua máquina para que ela pudesse, verdadeiramente, funcionar. Temos, porém, a obrigação, com conhecimento de causa, de afirmar que ele está errado e deverá envidar esforços para melhorar a saúde do nosso povo, com prudência e patriotismo, contribuir para o restabelecimento da consciência mineira, aliviando as tensões dos espíritos, e restabelecer o equilíbrio necessário da sociedade, reafirmando as oportunidades, principalmente para os que precisam do Governo atendendo a suas necessidades de saúde e às de sua família.

O que devemos fazer não é somente criticar, mas reafirmar a necessidade de uma solução para os problemas de saúde de nosso Estado. Muito obrigado.

Deputada Maria Elvira

A Deputada Maria Elvira - Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, companheiros, companheira Deputada Maria Olívia, desde a semana passada tenho aguardado uma oportunidade para fazer alguns comentários da tribuna. Como a semana anterior foi muito cheia de atividades, na iminência da convocação de extraordinárias nesta semana, deliberei trazer meu assunto hoje, no momento da semana em que encerramos o ano de 1993 e nos preparamos para um novo ano, que é, inclusive, de grande importância na história do Brasil. Não sou eleitora há tanto tempo, mas é a primeira vez que vamos votar para todos juntos: Governador de Estado, Presidente, Vice-Presidente, Senador, Deputados Federal e Estadual.

Isso tudo ocorre num momento muito difícil para o Brasil, e a gente tem, se Deus quiser, que passar o dia 31 de dezembro com as nossas famílias e amigos, num clima de alegria, porque o dia 31 de dezembro é de alegria. E, mentalizando as melhores coisas para o ano que vem, não só em nível de cada pessoa, de cada Deputado desta Casa e de suas famílias, mas em nível de Brasil, porque o Brasil tem de encontrar seu rumo, não só o rumo para acabar com a fome e a miséria que empobrece o País.

Para a gente conseguir chegar lá, o Brasil tem que resolver suas questões políticas, pois, vemos, infelizmente, um Governo fraco, que não está dando conta do recado de gerenciar os poucos e mal distribuídos recursos que o Brasil tem hoje.

Sr. Presidente, na semana passada tivemos um encontro na Associação Comercial de Minas com Guilherme Afif Domingos. Ele não é do meu partido, foi candidato a Presidente da República, pelo PL, mas, sem dúvida, é uma cabeça pensante de grande respeito no Brasil. Ele colocou, com muita propriedade, os problemas que o Brasil vive hoje. Nós temos que entender que é o empresário quem carrega o País, porque a maior carga tributária é paga por eles, empresários brasileiros. Ele lançou a campanha "Chega, tem imposto saindo pelo ladrão".

Sr. Presidente, às vésperas do final de ano, temos conhecimento de que vamos pagar, na próxima semana, o IPMF e de que o Ministro Fernando Henrique Cardoso, pessoa pela qual temos o maior respeito, como inteligência e político, lança essa carga tributária de mais 5%. Nós realmente arrepiamos, porque a razão desta inflação que está no País, para nós, chama-se déficit público. Para mim isso é muito claro: temos que combater a corrupção, temos que combater outras coisas erradas neste País, mas tudo passa pelo déficit público. Enquanto os nossos Governos Municipais e Estaduais e o Governo Federal não se conscientizarem de que é preciso administrar melhor, que, antes de gastar um cruzeiro real de impostos, têm que saber qual o custo-benefício desse gasto, têm que saber priorizar os investimentos que estão sendo feitos no Brasil. Isso, todos os brasileiros têm de saber.

Enquanto não se combater o déficit público, não vamos encontrar solução para a inflação. Quando falamos em déficit público, minha gente - queria falar no final do ano, para não levar para o travesseiro e para as minhas férias, - déficit público se combate até na casa da gente, quando gastamos menos e melhor o nosso dinheiro. Quero dizer que fico muito triste quando vejo partidos políticos brasileiros e pessoas muito esclarecidas fazendo a defesa da estatização, criticando veementemente, muitas vezes sem argumentos, a privatização.

Quero, no fim deste ano, dizer que, mais do que nunca, estou convicta de que a solução dos problemas do Brasil passa por acabar com esta orgia de gastos do dinheiro do contribuinte brasileiro, do povo brasileiro, com as estatais do Brasil. É o que nós podemos ver: as empresas estatais brasileiras que foram privatizadas até agora estão indo de vento em popa, "muito bem, obrigada" e não são mais lesivas ao bolso do trabalhador brasileiro.

Faço a comparação com a quota de um clube do qual era sócia, ao qual pagava muito caro, mas não o freqüentava devido à distância de minha casa. Eu havia herdado essa quota, que não tinha utilidade para mim. Restavam-me duas hipóteses: continuar pagando a mensalidade de um clube que não freqüentava e, portanto, desembolsando um dinheiro inútil, ou vender a quota por preço menor que o valor real, em tese. Vendi a quota pela metade de seu valor e fiquei feliz por livrar-me da despesa. Isso também serve para as estatais brasileiras.

O Grande Hotel de Araxá está acabando, e ninguém quer comprá-lo. Já foram sondados grupos internacionais como o Othon e o Sheraton, mas eles não se interessaram. Para reformar o Grande Hotel será necessário investir alto. Penso que ele deveria ser fechado. Tenho pena dos pobres funcionários, que lá estão ganhando migalhas e vendo o hotel apodrecer. Isso acontece em todo o Governo.

O Estado deveria lutar para cumprir suas obrigações com relativa competência, atendendo às áreas da saúde, da educação, etc. Quem pensa diferente está na contramão do mundo. Hoje, o Chile superou o Brasil. O Chile vai muito bem, assim como o México. A Bolívia, que é um pequeno país, sem riquezas, sem petróleo, sem atrações turísticas nem praias, está saindo do buraco porque está privatizando. Só não enxerga quem não quer ver.

Caso o Brasil continue na contramão do mundo, permanecerá neste buraco, o que muito

lamentamos. Podemos ver os efeitos desta triste situação: a miséria, o analfabetismo, os menores de rua, a falta de vagas nos educandários. Vagas poderiam existir para todos se a sangria do Estado não devorasse o dinheiro do povo brasileiro.

Quero terminar este discurso fazendo minha profissão de fé na privatização, que, para mim, é a única saída para este País sofrido. Entra ano, sai ano, o Brasil não muda em nada.

Desejo que os próximos governantes tenham olhos para ver, pois o Brasil está ficando para trás em relação aos outros países. Que não fiquem discutindo, eternamente, o sexo dos anjos e encontrem as soluções acertadas para os problemas nacionais. Muito obrigada.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 28/12/93 pelo

Deputado Tarcísio Henriques

O Deputado Tarcísio Henriques - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste período em que fomos convocados para votação extraordinária, estamos recebendo projetos que, na realidade, merecem censura antes de uma reflexão ou uma análise.

Declaro que assiste razão àqueles que repelem o envio de projetos no fim do ano, quando nem as comissões, nem as assessorias podem analisá-los convenientemente. Dentre esses projetos estamos vendo aí a aberração que se chama projeto "frankenstein", tão desmoralizado que recebe nos corredores, e até mesmo nos jornais, esse nome.

Por que "frankenstein"? Porque se transformou num rebotalho, numa legislação que não é a imagem da legislação que queremos resgatar, de um Legislativo cômico de suas responsabilidades. Gostaria de chamar a atenção dos ilustres Deputados, porque evidentemente a responsabilidade pela votação de uma "colcha-de-retalhos" como essa, é nossa. Daqui a algum tempo, quando estiverem fazendo uma análise da atuação do atual Legislativo, vão encontrar esse projeto. É uma questão que atenta até contra a auto-estima dos Deputados. O certo é que, na feitura de qualquer projeto, atuemos com rigor, de acordo com a nossa consciência, observando depois a sua juridicidade e legalidade.

Sugeri até que as comissões separassem os assuntos e votassem sobre as propostas do Governo, mas nunca votassem um projeto dessa natureza, que se transformou num verdadeiro mostrengo. Pode parecer interessante ao Governo passar uma lei como essa, na pressa, no fim do ano, quando podia muito bem ter chegado aqui no início do ano. Infelizmente, como o pouco caso da assessoria do Governador é tanto, chegam aqui com essas propostas de última hora.

Agora estou pedindo destaque para a Emenda nº 29, proposta pelo Governo. Estou pedindo destaque para que possamos votá-la individualmente. O que é a Emenda nº 29? Extinguir um centro de pesquisas da Fundação João Pinheiro. Um centro de pesquisas que, até aqui, só tem feito reavivar os conceitos da nossa intelectualidade. Ele presta serviços com livros, com pesquisas, trabalhos, dados estatísticos, o que realmente mexe com a responsabilidade de cada um dos governantes. Agora, com esta proposta apressada, querem acabar com um centro de pesquisas que presta bons serviços à cultura de Minas Gerais. Essa é a primeira proposta. Vamos votar a Emenda nº 29, e pediria que rejeitássemos essa emenda, para mantermos aquele órgão funcionando.

A segunda proposta é sobre o art. 60, no corpo do projeto, onde eles querem que o órgão pagador seja único, seja a Secretaria da Fazenda. Isso atenta até contra princípios de administração, porque eles querem fazer através da Secretaria da Fazenda inclusive os pagamentos que são feitos pelas fundações e autarquias. No caso específico do IPSEMG, que foi o que me chamou a atenção, sabemos que o Governo ou algum assessor, ou alguém interessado em fazer seguro, já vem fazendo uma campanha para denegrir a imagem desse instituto, que funcionava razoavelmente e, com o passar do tempo, vê piorar o seu atendimento. Com o intuito de acabar com o IPSEMG, estão tirando toda a sua arrecadação, para que o pagamento seja feito pela Secretaria da Fazenda, um atentado contra a própria natureza da autarquia, porque o IPSEMG perderá justamente a sua autonomia de arrecadar e de pagar.

Atrás disso vem a questão dos seguros que hoje são feitos pelo IPSEMG. Mas deixem esse assunto para depois.

O terceiro assunto para o qual eu queria chamar a atenção dos Deputados diz respeito à questão do pedágio. Nós não compreendemos que em um País como o nosso, onde todos estamos querendo fazer economia, onde todos estamos reconhecendo a grande carga de impostos que está recaindo sobre o povo, estejam querendo criar mais um. Até porque, no "frankenstein", estamos criando mais mil empregos. Quando todos estamos querendo enxugar, o "frankenstein" está pedindo para aumentar, isso quando os funcionários da MinasCaixa estão espalhados por aí, muitos deles sem trabalho. Mas o importante do pedágio é o seguinte: eles querem criar o pedágio. Eu tenho a impressão de que na cabeça do DER-MG e da Secretaria de Obras passa um temor de que as legiões romanas do Marcus Flavinus possam chegar até a sede da província. Como eles estão sabendo que as tropas estão sem dinheiro, porque estão recebendo pouco, imaginam esses leguleios

da administração, que podem impedir a chegada das tropas de Marcus Flavinus instituindo um pedágio. Esse é outro escárnio que estamos votando no Plenário desta Assembléia.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 28/12/93 pelo

Deputado Roberto Carvalho

O Deputado Roberto Carvalho* - Sr. Presidente, demais colegas do Plenário e das galerias. Realmente nós não votaremos o "frankenstein". Eu classifico esse "frankenstein" como um escárnio a esta Casa. Seria o mesmo que o nosso colega, Dr. Célio de Oliveira, que é médico, dar uma receita para um doente sem, ao menos, vê-lo. Já que o absurdo é tão grande, eu gostaria de dar três exemplos. Gostaria, em primeiro lugar, de completar um dado que o Tarcísio colocou com uma denúncia. Você talvez não saiba, Tarcísio, e os demais colegas também não: Está sendo proposto o fim de um centro de pesquisa da Fundação João Pinheiro. Sabe por quê? Porque quem dirigia o Centro era o Prof. Bernardo da Mata Machado, que foi assessor do Deputado Raul Messias, nosso colega que acaba de chegar, a quem gostaríamos, inclusive, de render nossa homenagem pela sua capacidade e brilhantismo intelectual. O Prof. Bernardo foi convidado para ocupar a Secretaria Adjunta da Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Quando a Fundação João Pinheiro fez uma homenagem ao Bernardo no encerramento da sua gestão naquele centro de pesquisa que tantos serviços tem prestado, ele fez críticas ao Governo do Estado. Numa represália às críticas feitas pelo Bernardo, à última hora, por debaixo do pano, chega a esta Casa uma emenda para, simplesmente, extinguir o Centro de Pesquisa da Cultura da Fundação João Pinheiro. Isso é um absurdo. Essas emendas foram votadas sem que o texto estivesse nesta Casa. Eu falo porque tenho em mãos os papéis da SEPLAN. Na terça-feira seguinte, esse projeto não podia nem ser lido, porque o que nós tínhamos na Casa eram folhas da SEPLAN. Nossos computadores não deram nem para digitar o que chegou da SEPLAN. Foram 35 emendas que chegaram no dia seguinte, já que as emendas foram aprovadas na reunião de segunda. E, na terça-feira, às 11 horas, as folhas dos computadores da Casa não tinham chegado. Isso é um absurdo.

E tem mais. Está aqui: o art. 27 cria um "jeton" correspondente a 15% do cargo de Presidente da entidade. Temos Secretários que participam de cinco ou mais conselhos. Eles receberão os "jetons" acumulados? Não tem nada disso escrito no projeto. Estamos votando aquilo que nem nós conhecemos, pois não tivemos tempo para conhecer. Dentro das técnicas jurídicas - e a nossa assessoria técnica é das melhores deste País - esse projeto importaria, no mínimo, em 30 projetos. Entretanto, estamos votando num só projeto, o "frankenstein", cuja titularidade foi assumida pelo próprio Governo do Estado.

Esse projeto transfere a MGS - empresa criada para suceder à CREDIREAL - para o Governo do Estado. Qual o objetivo? O calote no passivo trabalhista. Aqueles que votarem a favor desse projeto estarão assinando o calote no passivo trabalhista. De acordo com a lei, que não é cumprida, débito trabalhista corresponde à pensão alimentícia. Ele prevalece, inclusive, sobre outros pagamentos. Temos um passivo trabalhista não pago. Quando cai em órgão do Governo, simplesmente joga-se para o precatório e não se paga aquilo a que o servidor tem direito. É isso que esse projeto também está fazendo: transferindo a MGS - empresa que nós aprovamos aqui - para o Governo do Estado.

Tenho certeza de que se formos indagados, todos nós, aqui, seremos contra a lei delegada. Esse projeto embute também lei delegada. Está aqui. Ele autoriza o Poder Executivo a promover medidas legais para incorporação da HIDROMINAS à COMIG, transferindo para a TURMINAS as atividades de fomento e desenvolvimento turístico. Isso está contrariando a legislação, o que temos é delegação de poderes. É o Legislativo delegando poderes para o Executivo fazer aquilo que nós deveríamos fazer.

São tantas as aberrações que, realmente, precisaríamos de muito mais tempo para a discussão. Estamos nos posicionando e votando contra esse projeto, que contém 95 artigos, acrescidos de 54 emendas. Se for aprovado pela maioria desta Casa será, na realidade, uma anti-reforma administrativa. Na verdade, o Legislativo está abrindo mão daquilo que é seu dever, isto é, legislar. Muito obrigado.

(* - Sem revisão do orador.)

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR-GERAL

Em 7/2/94: Élcio Antônio Leite - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator, padrão AL-28, nível I, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, por mais 30 (trinta) dias a partir de 10/2/94, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

Gerência-Geral de Pessoal, 9 de fevereiro de 1994.

Mara Denise Ribeiro de Moraes, Gerente-Geral de Pessoal.
